



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Interpeção Oral

Nos últimos meses, ocorreram em Macau vários casos de segurança alimentar, e muitos cidadãos ficaram com gastroenterite e intoxicação alimentar. Sob influência da epidemia, o número de refeições fora de casa e de *take-away* aumentou e, com o tempo quente, os alimentos estragam-se facilmente, aumentando assim os respectivos riscos. As autoridades afirmaram, no mês passado, que estavam muito atentas à segurança alimentar e que tinham adoptado uma série de medidas de prevenção e controlo junto dos referidos estabelecimentos, exigindo-lhes que disponibilizassem pessoal para frequentar acções de formação sobre segurança e higiene alimentares, a fim de reforçar os conhecimentos dos trabalhadores sobre a higiene alimentar, pessoal, etc. Mas os incidentes de segurança alimentar continuam, o que causa a preocupação de o referido mecanismo não conseguir surtir os seus efeitos.

Segundo a “Lei de segurança alimentar”, em casos de infracções administrativas, aplica-se uma multa de 50 mil a 600 mil patacas e, se as circunstâncias constituírem crime de produção e comercialização de géneros alimentícios, aplica-se então pena de prisão até 5 anos ou multa até 600 dias. Mas o Instituto para os Assuntos Municipais (IAM) não divulgou se foram aplicadas as sanções aos estabelecimentos envolvidos e ao seu pessoal, nem se acompanhou posteriormente as lojas com problemas de segurança



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

alimentar. Assim, espero que as autoridades divulguem ao público mais informações quanto ao acompanhamento, para aumentar o efeito dissuasor e a confiança do público na segurança alimentar.

Perante a epidemia, surgiram novos problemas de segurança alimentar e nalguns locais verificou-se a existência do novo tipo de coronavírus em produtos alimentares. Embora não seja possível provar que se contrai o vírus através dos géneros alimentícios, o certo é que a epidemia está a afectar o mundo há vários meses e, como não se conhece bem este vírus, receia-se então que os géneros alimentícios sejam vias de transmissão. Para além de reforçar a inspecção dos géneros alimentícios, as autoridades devem acompanhar de perto o desenvolvimento da situação epidémica, divulgando, atempadamente, as respectivas informações ao público.

Na sequência da moda das compras *online* e dos *take-away*, muitas pessoas recorrem a estes meios para comprar alimentos, mas, devido à falta de fiscalização através de legislação, no passado houve alguns problemas de segurança alimentar, o que despertou a atenção das pessoas para a fiscalização da segurança dos alimentos comprados *online* e dos estabelecimentos de *take-away*. Há alguns anos, o Governo revelou a sua intenção de fiscalizar através de lei e ainda lançou o “Plano de registo para o sector alimentar”, para este efectuar o seu registo, isto é, para as lojas *online* que produzem, proporcionam ou vendem géneros alimentícios em Macau, as



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

que prestam serviços de aquisição de géneros alimentícios por intermediários ou em grupo, ou por contas e grupos sociais na *internet*, e ainda as lojas de *take-away* que preparam ou vendem géneros alimentícios destinados ao consumo público, etc. efectuarem o seu registo voluntário. Mas, como é uma iniciativa voluntária, surgem dúvidas sobre os respectivos resultados, por isso, as autoridades devem legislar, quanto antes, sobre esta matéria, para reforçar a segurança alimentar em Macau.

Assim sendo, interpele sobre o seguinte:

1. Após a entrada em vigor da "Lei de segurança alimentar", qual é o ponto de situação das sanções aplicadas aos estabelecimentos e agentes envolvidos? Como é que as autoridades vão efectuar o posterior acompanhamento das lojas com problemas de segurança alimentar?

2. Tendo em conta a detecção nalguns locais do novo tipo de coronavírus em géneros alimentícios, para além do reforço das inspecções, de que outras medidas dispõem as autoridades para fazer face à situação? Como é que se pode aumentar a confiança dos cidadãos de Macau na segurança alimentar?

3. Para reforçar a fiscalização activa e a execução da lei no âmbito da segurança alimentar, o IAM afirmou que, em 2019, ia efectuar, via legislativa, o registo obrigatório das lojas de *take-away* e de compras *online*, que não



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

estavam sujeitas ao regime de licença, e que já estava a elaborar a respectiva proposta de lei. Qual é o andamento dos respectivos trabalhos legislativos? Quando é que se prevê a conclusão do respectivo processo legislativo?

26 de Junho de 2020

O Deputado à Assembleia Legislativa
da Região Administrativa Especial de Macau,
Lam Lon Wai